

## **Contratualização das Bolsas de Estudos**

As bolsas de estudos são no presente um mecanismo de ação social que permite que muitos estudantes possam ingressar no sistema de ensino superior e concluir os ciclos de estudos a que se propõem apesar das dificuldades económicas.

No ano de 2015 foram feitas diversas alterações ao RABEEES – Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudos a estudantes do Ensino Superior, no sentido de permitir o ingresso de um maior número de estudantes no sistema. É de destacar a alteração do limiar de elegibilidade de 14 vezes para 16 vezes do IAS – Indexante de Apoios Sociais.

No presente ano, vimos de novo a alteração do regulamento, infelizmente desta vez sem a apostar pela criação de uma comissão na qual os estudantes pudessem dar o seu contributo, com a intenção de melhorar todo o processo. Como resultado desta alteração ao RABEEES, assistimos a mudanças procedimentais que teriam a intenção de simplificar o processo e acelerar a sua análise em situações de renovação de bolsa, a chamada contratualização.

Esta alteração, foi frequentemente apelidada pelos responsáveis governativos como um acordo ou contrato de confiança entre o Estado e os estudantes, o que saudamos.

Mas depois da aplicação verificada nos primeiros meses do programa, é notória a falácia que nos foi apresentada, estando a larga maioria instituições longe de um número minimamente satisfatório de estudantes neste processo. Segundo dados fornecidos pela DGES e que dizem respeito a dia 5 de dezembro, menos de 4% dos estudantes estão abrangidos pela contratualização, sendo que o Instituto Politécnico de Castelo Branco e a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra não apresentam qualquer processo, naquela que seria a grande evolução do sistema de ação social preconizada pelo atual governo. O contrato de confiança entre o Estado e os estudantes falhou, e falhou do lado dos decisores políticos.

Contudo, este não é o único problema existente neste processo, sendo de destacar o facto dos Serviços de Ação Social terem estado do dia 25 de junho a 11 de agosto impossibilitados de avaliar os processos por informação da DGES – Direção Geral do Ensino Superior. Situação que se agrava quando mesmo após esta data é perceptível que continuam a existir erros na plataforma de análise de bolsas: esta encontra-se ainda com o valor antigo do IAS de 14, ao invés do atual de 16, o que conseqüentemente leva a que estudantes com direito a bolsa sejam excluídos da contratualização, sendo a situação reencaminhada posteriormente para as Assistentes Sociais dos Serviços de Ação Social.

A confiança no sistema está em causa e não é admissível o amadorismo da gestão deste processo. A palavra dada deve ser honrada e é com insatisfação crescente que vemos o Governo a incumprir com os estudantes em matérias de ação social depois de ter incumprido também com as instituições de ensino superior em matéria de financiamento.

Deste modo, vêm as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas no Encontro Nacional de Direções Associativas, em Lisboa, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2017,

1. Solicitar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e ao Diretor Geral do Ensino Superior, esclarecimentos urgentes sobre toda a alteração supracitada no processo análise de bolsas feita após a última alteração ao RABEEES, e que manifestamente não está a funcionar.
2. Manifestar o seu desagrado pelo incumprimento da palavra com os estudantes.
3. Pedir reunião conjunta e urgente acerca desta matéria com MCTES, Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.

Proponente: FNAEESP;

Destinatário: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Diretor Geral do Ensino Superior.

Com conhecimento: Grupos Parlamentares.